

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/30509	38981/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM - "PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)"

Preço base Global (9 lotes): €2 477 257,45 (dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e imposto sobre o valor acrescentado cinco cêntimos), (Sem IVA).

Empreitada: Lote 2 – Luminárias Viárias Circulares

Preço Base: €137.363,09 (cento e trinta e sete mil, trezentos e sessenta e três euros e nove cêntimos).

2.º RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS - Lote 2 – Luminárias Viárias Circulares

ASSUNTO: Aprovação da adjudicação da empreitada e aprovação da minuta do contrato.

Proposta: Submete-se para aprovação, a adjudicação da empreitada, correspondente ao **Lote 2 – Luminárias Viárias Circulares**, ao concorrente em **Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda.**, pelo valor de **€123.795,50** (cento e vinte e três mil setecentos e noventa e cinco euros e



cinquenta cêntimos), a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo **prazo de execução de 65 dias**, de acordo com a informação que consta no **2.º Relatório Final** em anexo.

Simultaneamente, submete-se para aprovação a minuta do contrato, que se anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM

Contratação: empreitada de “PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”.

Preço base Global (9 lotes): €2 477 257,45 (dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e imposto sobre o valor acrescentado cinco cêntimos), (Sem IVA);

2.º Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas

Lote 2 – Luminárias Viárias Circulares

Preço Base: €137.363,09 (cento e trinta e sete mil, trezentos e sessenta e três euros e nove cêntimos).

Júri do procedimento:

Membros efetivos:

Mónica Leite (Presidente do júri)
Carlos Gomes
André Ruão

Membros suplentes:

Valéria Borges
Carlos Rodrigues

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 16/09/2025, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, destinada à elaboração do 2.º relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **3530/2025**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 30, de 12 de fevereiro de 2025, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia,



confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do 1.º relatório final e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

I – RESULTADO DA 2.ª AUDIÊNCIA PRÉVIA:

I.I. No âmbito da empreitada supramencionada e em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes que apresentaram proposta para o **Lote 2 – Luminárias Viárias Circulares**, o respetivo relatório final, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido, foram rececionadas as reclamações, que se anexam, apresentadas pelos seguintes concorrentes:

- **Cunha Bastos, LDA;**

- **Agrupamento: IELAC - Instalações Especiais, Lda e António Manuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda.**

II – ANÁLISE DAS RECLAMAÇÕES APRESENTADAS:

II.I. CUNHA BASTOS, LDA.

A. Reclamação apresentada

A reclamação do concorrente CUNHA BASTOS, LDA, genericamente, traduz-se no facto dos equipamentos propostos pelo Agrupamento I-SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda., não cumprirem, alegadamente, com os requisitos e especificações do caderno de encargos, designadamente:

A.a) “Conforme é possível verificar na tabela acima, não é apresentada a opção 200 a 700mA, como descrito no relatório fotométrico”;

A.b) “Nem inclui a terminação C13, apresentada na descrição do driver presente no relatório Fotométrico.”

A. Decisão do júri

Analizado o teor da pronúncia apresentada pelo concorrente, é opinião do júri do procedimento que os elementos apresentados pelo Agrupamento I-SETE relativamente às luminárias propostas para o concurso não evidenciam qualquer incumprimento ao nível dos pontos reclamados, nomeadamente:



B.a) A documentação apresentada para as luminárias da tipologia 2.1, 2.2 e 2.3 demonstram que estão equipadas com os Drivers da referência “EBS-080S070BT2” e têm um “Adjustable Output Current Range” entre 45 e 700mA, pelo que os valores apresentados na descrição do Driver utilizado no ensaio estão dentro dos parâmetros de ajuste de corrente do driver proposto. A documentação apresentada para as luminárias da tipologia 2.4 demonstram que estão equipadas com os Drivers de referência “EBS-040S070BT2” e têm um “Adjustable Output Current Range” entre 45 e 700mA, pelo que os valores apresentados na descrição do Driver utilizado no ensaio estão dentro dos parâmetros de ajuste de corrente do driver proposto.

B.b) A descrição que consta no relatório fotométrico, para todas as tipologias do lote 2, permite identificar com precisão e clareza o Driver utilizado no ensaio. Não existindo nenhuma dúvida no júri do procedimento de que o Driver utilizado cumpre com todos os requisitos exigidos nas Peças do Procedimento.

Pelo exposto, o júri reafirma o plasmado no relatório final anterior, designadamente, que os elementos apresentados pelo concorrente Agrupamento I-SETE, relativamente às luminárias propostas para o concurso, não evidenciam qualquer incumprimento relativamente aos pontos reclamados, **pelo que o júri decidiu por unanimidade, manter a admissão da respetiva proposta.**

II.II. Agrupamento: IELAC - Instalações Especiais, Lda. e António Manuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda.

A. Reclamação apresentada:

A reclamação do concorrente **Agrupamento: IELAC - Instalações Especiais, Lda. e António Manuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda.**, traduz-se, genericamente, em dois pontos:

A.a) O concorrente reclama que a sua proposta não deve ser excluída pelo facto da sua proposta não ter feito qualquer referência ao laboratório que realizou os ensaios e elaborou o relatório fotométrico uma vez que tal não era exigido no Programa do Concurso;

A.b) O concorrente solicita a exclusão da proposta da concorrente Agrupamento I-Sete e Linhas Prateadas, no âmbito do Lote 2 – Luminárias Viárias Circulares, por, no entender deste, aquela proposta apresentar várias desconformidades/irregularidades técnicas.



A. Decisão do júri

Analizado o teor da pronúncia apresentada pelo concorrente, foram tecidas as seguintes conclusões:

B.a) Relativamente à proposta apresentada pelo concorrente Agrupamento: IELAC - Instalações Especiais, Lda. e António Manuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda., e que acabou excluída, cumpre referir que, além de tudo o que já foi referido no relatório final anterior e para o qual se remete, que os documentos submetidos com a proposta não apresentam nenhum tipo de informação capaz de garantir uma correspondência entre os relatório apresentado e o laboratório onde os ensaios foram realizados. De facto, do documento apresentado não consta nenhum tipo de verificabilidade, quer seja através de um código de verificação, número de relatório, técnicos responsáveis, quais as normas regulamentares que cumpriu, lista de equipamentos utilizados e calibração de equipamentos, nem a entidade que o elaborou, entre outros elementos indispensáveis para aferir da sua veracidade.

Não se olvide que, em sede de esclarecimentos, o júri solicitou ao concorrente que viesse demonstrar que o documento apresentado tinha sido emitido por uma entidade acreditada e que os ensaios realizados cumpriam com o determinado na norma EN 13032, e que, apesar do solicitado, o concorrente não conseguiu sanar as dúvidas levantadas pelo júri do procedimento.

Contrariamente ao que o concorrente parece fazer crer, em nenhum momento o júri solicitou que fosse junto um relatório fotométrico elaborado pelo laboratório Shenzhen Lepower Opto Electronics Corp., Ltd..

Aquilo que foi solicitado, e que o concorrente não conseguiu demonstrar, é que o documento apresentado foi emitido por um **laboratório acreditado** e em total cumprimento com os critérios estabelecidos pela norma EN 13032.

O documento apresentado em sede de esclarecimentos consistiu numa declaração assinada pela Shenzhen Tochliting Technology Co., Ltd., fabricante das luminárias apresentadas a concurso, onde aquela entidade afirma que: (i) todos os relatórios fotométricos submetidos foram realizados nas suas instalações; e (ii) que os ensaios obedeceram à norma EN 13032-1. Tendo sido apresentado, ainda, uma cópia do certificado de acreditação da CNAS, entidade signatária do acordo ILAC-MRA, a saber, Shenzhen Lepower Opto Electronics Corp., Ltd.

Ou seja, por um lado, foi apresentada uma declaração do fabricante, onde esta afirmou que os ensaios foram realizados nas suas instalações e, por outro lado, foi



apresentada uma acreditação de um laboratório, ficando a faltar qualquer outro elemento desse mesmo laboratório que ateste que os ensaios foram por si realizados. Isto é, em nenhum momento se verifica uma assunção de responsabilidade daquele laboratório pelo documento apresentado pelo concorrente.

Assim, e uma vez que o documento apresentado em fase de proposta não está assinado por nenhuma entidade (nem pelo fabricante, nem pelo laboratório mencionado), torna-se impossível relacionar e assegurar que o mesmo tenha sido emitido pelo Shenzhen Lepower Opto Electronics Corp., Ltd., ou por outro qualquer laboratório acreditado.

Pelo exposto, não foi possível ao júri do concurso determinar que aquele documento é fidedigno, ou que tenha sido elaborado segundo os métodos e parâmetros definidos na norma EN 13032, ou seja, não foi possível ao júri, apenas com os documentos apresentados, quer na fase de proposta, quer na fase de esclarecimentos, determinar que os ensaios efetuados às luminárias foram realizados segundo aquela norma, nem, tão pouco, foi possível determinar qual a entidade que o emitiu, pelo que não cumpre com os requisitos exigidos nas Peças do Procedimento, nomeadamente, **artigo 13.º, n.º 1 l) 2.h) do Programa do Concurso**, onde se exige, claramente, **que a proposta tem que ser acompanhada de um “relatório de fotometria emitido por laboratório acreditado, de acordo com a norma EN 13032 ...”**.

B.b) Relativamente ao pedido de exclusão apresentado contra a proposta do concorrente Agrupamento I-SETE, o júri ponderou, novamente, as observações referidas e deliberou não acolher os argumentos apresentados, mantendo por completo a decisão refletida no relatório final anterior.

Pelo exposto, o júri reafirma o plasmado no 1.º relatório final, designadamente:

- que os documentos apresentados com a proposta do concorrente Agrupamento: IELAC - Instalações Especiais, Lda. e António Manuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda. não cumpriram com o determinado no artigo 13.º, n.º 1 l) 2.h) do Programa do Concurso, motivo pelo que foi a aquele concorrente excluído do concurso - decisão que se mantém;
- Bem como, que os elementos apresentados pelo concorrente Agrupamento I-SETE– Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda., relativamente às luminárias propostas para o concurso, não evidenciam qualquer incumprimento relativamente aos pontos reclamados, pelo que o júri decidiu, por unanimidade, manter a admissão da respetiva proposta.



III – DECISÃO:

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no 1.º Relatório final de análise e avaliação das propostas.

Pelos apontados motivos, o Júri deliberou, por unanimidade, manter inalterados o juízos e conclusões que, relativamente à análise e avaliação das propostas, formulou e documentou no 1.º Relatório final, tendo elaborado e aprovado o presente Relatório Final, de que a presente ata, bem como as pronúncias emitidas em audiência prévia, fazem parte integrante, assim como os termos dos pedidos de esclarecimentos formulados e correspondentes respostas.

Nada mais tendo ocorrido nesta reunião e nada mais havendo a diligenciar, foi dada por finda e encerrada.

IV – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS

Nestes termos, em resultado da aplicação do critério de adjudicação, resulta a seguinte ordenação:

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Prazo de execução
1.º	Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda.	€123.795,50	65 dias
2.º	Cunha Bastos, Lda.	€136.800,00	65 dias

VI – ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda.**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€123.795,50 (cento e**



vinte e três mil setecentos e noventa e cinco euros e cinquenta cêntimos), a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de **65** (sessenta e cinco) dias de calendário.

I.1 – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação dos compromissos n.º 128903 e n.º 128943, ambos de 18/09/2025.

I.2 – Caução

Face ao valor da adjudicação, o qual é inferior a €500 000,00, em conformidade com o disposto no artigo 88.º, n.º 2, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, não é exigida a prestação de caução.

Em conformidade com o disposto no artigo 88.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, serão retidos 10% dos pagamentos a efetuar, para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

I.3 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

I.4 – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

II – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do presente Relatório Final.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;



- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

19 de setembro de 2025

O Júri do Procedimento,

Carlos Gomes

André Ruão

Valéria Borges

Em anexo:

- Minuta do contrato;
- Relatório Preliminar;
- 1.º Relatório Final;
- Pronúncias apresentadas.



MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.02.25.DMOSM

**“PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE
BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”.**

LOTE 2 – LUMINÁRIAS VIÁRIAS CIRCULARES

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: Sociedades em agrupamento: I-SETE - INOVAÇÃO SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIA ECOLÓGICA LDA, pessoa coletiva n.º 507513908, com sede na Rua das Novas Empresas, n.º 237, 4785 - 640 Trofa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € (.....euros, aqui representada por....., na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente, com o Código de acesso:.....e **LINHAS PRATEADAS, LDA**, pessoa coletiva 508253543, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 105, 4560-841 Urrô – Penafiel, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de €..... (..... euros), aqui representada por....., na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente, com o Código de acesso:....., Sociedades estas que se apresentaram ao concurso organizadas como agrupamento de empresas, nos termos do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2018 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes, e que após adjudicação da presente empreitada, se associaram em consórcio externo de responsabilidade solidária, com a denominação “.....”, com sede em.....tendo como chefe do consórcio....., conforme contrato de consórcio que celebraram entre si, em....., sendo arquivado um exemplar. Sendo as referidas sociedades associadas em consórcio, doravante identificadas por «**Empreiteiro**».



Considerando que:_____

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 10 de fevereiro de 2025, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;_____
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 93384, de 03/02/2025, retificado em 20/02/2025 e a informação de compromissos n.º, de, e n.ºde.....
- c) No seguimento do 2.º Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas, por deliberação da Câmara Municipal, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, correspondente ao **Lote 2 – Luminárias Viárias Circulares**, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;_____
- a) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;_____
- b) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;_____

_____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

_____1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes ao **Lote 2 – Luminárias Viárias Circulares**, da empreitada **“PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação,



devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

____2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.____

Artigo 2.º
(Local da obra)

____Os trabalhos de empreitada serão executados em várias ruas do concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

____O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€123.795,50 (cento e vinte e três mil, setecentos e noventa e cinco euros e cinquenta cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor._____

Artigo 4.º
(Condições de pagamento)

____1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos._____

____2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas._____

Artigo 5.º
(Revisão de preços)

____1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula._____

____2. A revisão de preços obedece à fórmula descrita na cláusula 36.º n.º 2 do Caderno de Encargos._____

____3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos._____



____ 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais._____

Artigo 6.º**(Prazos de execução da empreitada)**

____ O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **65 (sessenta e cinco) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 7.º**(Cessão da posição contratual)**

____ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código._____

____ 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

____ 3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

____ 4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida._____

____ 5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 8.º**(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

____ 1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____



____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. _____

Artigo 9.º
(Subcontratação)

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. _____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 10.º
(Caução)

____Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o dono da obra procederá à retenção de **10%** do valor de todos os pagamentos a efetuar, a título de caução, nos termos do disposto no n.º 3 ao artigo 88.º do *Código dos Contratos Públicos*, conforme previsto no caderno de encargos. _____

Artigo 11.º
(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*. _____

Artigo 12.º
(Gestor do contrato)

____1. O dono da obra designa o **Eng. Rúben Alves**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte. _____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. _____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato. _____



Artigo 13.º**(Comunicações e notificações)**

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. _____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as seguintes informações de contacto: _____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **ruben.alves@cm-braga.pt** _____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@i-sete.pt** _____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. _____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido. _____

____5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 14.º**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

____1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele. ____

____2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra. _____

____3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra. _____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas. _____



____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus



colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato. _____

____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador. _____

____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra. _____

Artigo 15.º
(Invalidade parcial)

____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor. _____

Artigo 16.º
(Foro competente)

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência dos tribunais ou juízos especializados em razão da matéria que se encontrem na jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. _____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

____Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

____1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

____2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____

Artigo 19.º
(Vigência)

____O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura. _____





SOA A FUTURO.

MUNICÍPIO DE BRAGA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

_____ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. _____

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

(.....)

